



Hospital Anchieta S.A.

CNPJ. nº 02.560.878/0001-07

APRESENTAÇÃO:

A Administração do (“Hospital Anchieta” ou “Companhia”) divulga, a seguir, o Relatório da Administração e as Informações trimestrais Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, preparadas de acordo com os padrões e práticas contábeis oriundos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral e em conformidade com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O H. Anchieta Taguatinga é considerado um dos maiores hospitais do Distrito Federal e do país, sendo reconhecido por sua excelência médica, instalações modernas com equipamentos tecnológicos de última geração. Além disso, oferece uma jornada completa para os seus pacientes que inclui, desde atendimentos no pronto-socorro e internações de diversas especialidades, até unidades de terapia intensiva (UTI) e serviços oncológicos. Junto a aquisição do H. Anchieta Taguatinga, foi adquirido o **Centro de Diagnósticos Anchieta** (CDA), centro que engloba um laboratório de análises clínicas e exames de imagem localizado dentro do hospital, proporcionando laudos seguros e precisos aos pacientes.

Em janeiro e abril de 2022, a Companhia fez mais duas aquisições, sendo elas respectivamente: (i) o **H. Anchieta Ceilândia** (antigo H. São Francisco), referência em alta complexidade na região de Ceilândia-DF, que se destaca por oferecer uma UTI abrangente, além de salas de cirurgia e consultórios ocupados por diversas especialidades médicas, laboratório, hemodinâmica, radiologia e ala de maternidade; e (ii) o **Instituto de Radioterapia de Taguatinga** (IRT), clínica especializada em radioterapia oncológica avançada que atua no tratamento do câncer.

No 4T24, tivemos uma ampliação da complexidade e qualidade, por meio de: (i) **inauguração do H. Anchieta Hemodinâmica**, o novo serviço de hemodinâmica própria conta com um dos equipamentos mais modernos da região; (ii) **expansão da operação oncológica**, com mais um recorde de **receita líquida totalizando R\$ 12,2 milhões no 4T24, 18% de crescimento em relação ao trimestre anterior**

Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.379	28.618	31.255
Contas a receber de clientes	6	168.161	200.131	303.858
Estoques	7	14.791	13.870	17.801
Outros ativos	8	32.307	21.426	30.579
Total do ativo circulante		239.638	264.045	383.493
Não circulante				
Contas a receber de partes relacionadas	9	116.912	54.047	-
IR e contribuição social diferidos ativo	10	79.245	63.505	60.672
Outros ativos não circulante	8	8.139	8.497	11.175
Investimentos	11	19.304	49.562	-
Imobilizado	12	67.725	24.784	269.891
Direito de uso	13	301.733	309.981	304.886
Intangível	14	946.937	977.337	1.015.856
Total do ativo não circulante		1.539.995	1.487.713	1.662.480
Total do ativo		1.779.633	1.751.758	2.045.973

Passivo e patrimônio líquido				
Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Circulante				
Fornecedores e outras obrigações	15	52.482	42.670	80.189
Contas a pagar por aquisição	16	21.755	23.495	21.755
Passivos relacionados a contratos com clientes	17	-	1.584	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	41	27.382	13.284
Dividendos propostos	1	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	104	-	759
Passivos de arrendamento	13	48.575	45.161	48.970
Total do passivo circulante		122.958	140.292	164.957
Não circulante				
Contas a pagar por aquisição não circulante	16	18.342	46.983	124.272
Contas a pagar com partes relacionadas	9	1.086.163	186.397	1.178.622
Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	18	1.151	712.907	7.666
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	23.643	-
Passivos de arrendamento não circulante	13	255.067	264.820	258.016
Provisões para contingências	20	4.536	4.825	5.003
Outras obrigações não circulante	15	10.449	3.107	16.238
Total do passivo não circulante		1.375.708	1.242.682	1.589.817
Total do passivo		1.498.666	1.382.974	1.753.308
Patrimônio líquido				
Capital social	21	451.291	451.291	451.291
Reservas de capital	21	47.917	47.917	47.917
Prejuízos acumulados	(130.424)	(52.038)	(130.424)	(52.038)
Prejuízo do período	(87.817)	(78.386)	(87.817)	(78.386)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		280.967	368.784	280.967
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	21	-	-	10.232
Total do patrimônio líquido		280.967	368.784	291.199
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.779.633	1.751.758	2.045.973

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Anchieta S.A. (“Hospital Anchieta” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima por ações, domiciliada no Brasil e com sede na área especial 8/9/10, setor C Norte, Taguatinga, Brasília/DF. Tendo como atividade principal o atendimento hospitalar em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, serviços móveis de atendimento, atividade médica ambulatorial e outras atividades de atenção à saúde humana. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem o Hospital Anchieta e suas Controladas (“Grupo”). O Hospital Anchieta tem por objetivo suprir as demandas de saúde da comunidade e da região Centro-Oeste. O fato de oferecer um amplo mix de serviços médico-hospitalares torna o espaço um centro de referência em saúde, composto pelo prédio do Centro Médico Hospitalar Anchieta e pelo Centro de Excelência, que abriga, além do Hospital (compreendendo Pronto-Socorro, Internação, UTI Adulto, UTI Neonatal e Pediátrica, Centro Cirúrgico e Laboratório), um condomínio ambulatorial constituído de mais de 130 (cento e trinta) clínicas e consultórios, abrangendo as mais diversas especialidades, além de heliporto, centro de convenções e serviços de conveniência - praça de alimentação, farmácia, bancos, entre outros. Dentre as especialidades atendidas estão: Angiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Fisioterapia, Gastroenterologia, Geriatria, Ginecologia/Obstetrícia, Hemodinâmica/ Cirurgia Cardíaca, Laboratório de análises anatomopatológicas, Laboratório de análises clínicas, Medicina do sono, Medicina Nuclear, Nefrologia, Neurologia/Neurocirurgia, Odontologia, Oftalmologia, Oncologia/Hematologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Radiologia, Radioterapia, Reumatologia e Urologia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e pronunciamentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 21 de março de 2025. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia faz a apresentação do Fluxo de Caixa Indireto, individual e consolidado. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio. **Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2. Base de consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controlada na aquisição, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da aquisição. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elege mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da aquisição na data de aquisição. **(c) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Hospital Anchieta tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Hospital Anchieta tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*). As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo, suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demons-

e 186% em relação ao 4T23; (iv); **extensão de credenciamentos;** No H. Anchieta Ceilândia, tivemos como destaque (i) **selo de UTI Top performer;** (ii) **extensão de credenciamentos.**

AGRADECIMENTOS

Por mais um trimestre, a Companhia reporta **resultados consistentes** com sua estratégia de **crescimento e consolidação**, seguindo confiante na trajetória escolhida. Agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação contínua e aos nossos investidores, credores e demais stakeholders pela confiança.

Antonio Benjamin - Diretor - Presidente
Thiago Nogueira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PERFORMANCE OPERACIONAL

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

No 12M24, a **receita líquida consolidada totalizou R\$ 544,8 milhões**, representando uma variação de de -2,8% quando comparado ao 12M23.

CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADOS

No 12M24, as despesas gerais e administrativas e os custos dos serviços prestados consolidados totalizaram R\$482,6 milhões, representando 88,6% da receita líquida e queda de 2,0 p.p. em relação ao 12M23. A queda nos custos e despesas está relacionado principalmente (i) a diminuição de depreciações que ocorreu devido a venda do imóvel do Anchieta, realizada no 4T23; (ii) queda de serviços de terceiros, devido a uma negociação de diminuição de custos com equipes médicas.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro				
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Receita líquida de contratos com clientes	22	398.920	432.641	544.840
Custo dos serviços prestados	23	(336.347)	(364.191)	(438.081)
Lucro bruto		62.573	68.450	106.759
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	24	(17.111)	(16.335)	(44.512)
Resultado da equivalência patrimonial		(24.008)	(10.517)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	25	(8.601)	11.740	(11.460)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		12.853	53.338	50.787
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	26	2.922	4.211	4.394
Despesas financeiras	26	(136.577)	(150.371)	(170.517)
Prejuízo antes do IR e da contribuição social		(133.655)	(146.160)	(166.123)
Imposto de renda e contribuição social	19	(120.802)	(92.822)	(115.336)
Prejuízo do período		(87.817)	(78.386)	(87.206)
Participação de acionistas controladores		(87.817)	(78.386)	(87.817)
Participação de acionistas não controladores	-	-	611	3.486
Prejuízo por ação (em R\$ por ação)		(0,0938)	1,2485	(0,0938)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Prejuízo do período		(87.817)	(78.386)	(87.206)
Total do resultado abrangente do período		(87.817)	(78.386)	(87.206)
Acionistas controladores		(87.817)	(78.386)	(87.817)
Acionistas não controladores		-	611	2.955
Prejuízo por ação (em R\$ por ação)		(0,0938)	1,2485	(0,0938)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro				
Em milhares de reais				
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Consolidado
				31/12/2024
Em 1º de janeiro de 2023	397.271	45.623	2.292	(52.036)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(78.386)
Aumento de capital	54.020	-	-	54.020
Ajuste sobre incorporação reversa	-	-	-	(1.108)
Em 31 de dezembro de 2023	451.291	45.623	2.292	(130.422)
Em 1º de janeiro de 2024	451.291	45.623	2.292	(130.422)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(87.817)
Ajuste de variação no patrimônio líquido de controladas/coligadas	-	-	2	(2)
Em 31 de dezembro de 2024	451.291	45.623	2.292	(218.241)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Consolidado
				31/12/2024
Em 1º de janeiro de 2023	397.271	45.623	2.292	(52.036)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(78.386)
Aumento de capital	54.020	-	-	54.020
Ajuste sobre incorporação reversa	-	-	-	(1.108)
Em 31 de dezembro de 2023	451.291	45.623	2.292	(130.422)
Em 1º de janeiro de 2024	451.291	45.623	2.292	(130.422)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(87.817)
Ajuste de variação no patrimônio líquido de controladas/coligadas	-	-	2	(2)
Em 31 de dezembro de 2024	451.291	45.623	2.292	(218.241)

tração do resultado. **(e) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Apresentamos a seguir as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas e coligadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresa	CNPJ	Participação	Atividade	% de Participação	
				31/12/2024	31/12/2023
Centro Diagnóstico Anchieta Ltda.	30.110.749/0001-52	Direta	Saúde	75,00%	75,00%
Itapau Hospitalares Ltda.	44.179.007/0001-98	Direta	Holding	100,00%	100,00%
Instituto de Radioterapia de Taguatinga Ltda.	06.292.778/0001-06	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
Serviços Hospitalares Yuge S.A.	72.576.143/0001-57	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%

2.3. Informações por segmento: Para fins de análise e gerenciamento das operações da Companhia, foi definido apenas um segmento de reporte, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma Companhia integrada e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, o Hospital Anchieta concluiu que possui apenas o segmento hospitalar para reporte. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo arredado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 2024, essas aplicações são atreladas ao CDI, com resgate em até 90 dias e sem variação relevante de valor. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.7. Perda de recuperabilidade sobre créditos:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.8. Estoques:** Os estoques são compostos por medicamentos e materiais hospitalares e estão demonstrados ao custo médio de aquisição não excedendo ao valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão. **2.9. Ativo indenizatório (presente no grupo “Outros Ativos”):** Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, ficou determinado em cláusulas que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à mudança de controle serão de responsabilidade dos vendedores e serão reembolsados ou descartadas da parcela a prazo. **2.10. Imobilizado:** O imobilizado é composto principalmente por obras em andamento e equipamentos hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Imobilizado	Em anos
Equipamentos hospitalares	10 a 15
Móveis, utensílios e outros equipamentos	3 a 8
Veículos	3 a 5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinadas pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado. **2.11. Intangível: Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de

R\$ milhares	12M24	12M23	Δ%
Receita Líquida	544,840	560,733	-2.8%
Pessoal	-116,686	-115,054	1%
Materiais e Medicamentos	-89,733	-91,735	-2%
Serviços de terceiros	-145,810	-157,971	-8%
Utilidades e serviços	-51,219	-40,627	26%
Aluguéis	-3,384	-2,994	13%
Viagens e hospedagens	-6,716	-7,322	-8%
Depreciações e amortizações	-68,938	-76,026	-9%
Outros	-107	-468	-77%
Custos e despesas	-482,593	-492,197	-2.0%
% da Receita Líquida	-88.6%	-87.8%	-0.8 p.p.



Hospital Anchieta S.A.

CNPJ. nº 02.560.878/0001-07

externas de financiamento, e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa é determinada de acordo com as características (e prazos) dos contratos demonstrada, vide nota 13. A Companhia utilizou a taxa de juros incremental para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento do período, vide nota 13. **2.12. Benefícios de empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas com pessoal nas rubricas de custos de serviços prestados e gerais e administrativas, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Esses estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Enquanto os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.14. Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. O Hospital Anchieta é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na expectativa de perda provável, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: Contingências trabalhistas e previdenciárias: as principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos de médicos de declaração de reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, adicional de insalubridade, intervalo intrajornada, décimo terceiro salário, FGTS, rescisão indireta, multa do art. 477, multa do art. 467, reconhecimentos previdenciários e trabalhistas. A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Ações cíveis: os processos de natureza civil estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionados às atividades médicas, comuns ao setor hospitalar. Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa demonstrada, vide nota 20. **2.15. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **2.16. Ações em tesouraria:** As ações em tesouraria representam as ações da Companhia que são adquiridas pela própria sociedade. A aquisição de ações de emissão própria e sua alienação são transações de capital da Companhia com seus sócios, não devendo afetar o resultado. Não é permitido às Companhias adquirir suas próprias ações a não ser quando houver: • Operações de resgate, reembolso ou amortizações de ações; • Aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento; e • Aquisição para diminuição do capital (limitado às restrições legais). O preço de aquisição de ações não poderá ser superior ao valor de mercado e, no caso de aquisição de ações que possuam prazo predeterminado para resgate, o preço de compra não poderá ser superior ao valor fixado para resgate. **2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.18. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido (ou prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no exercício. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido (ou prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potencialmente com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações). **2.19. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 propõe que todos os ativos e passivos financeiros sejam avaliados a valor justo no momento inicial do contrato. Entretanto, os recebíveis sem elementos significativos de financiamento permanecem pelo valor de custo amortizado, sujeitos ao teste de *impairment*. **Ativos financeiros: (a) Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. **(b) Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **(c) Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **(d) Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **2.20. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **(a) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de coligadas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na aquisição; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(b) Testes do ágio para verificação de impairment:** O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de hospitais no qual a UGC atua. Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como demonstrados, vide nota 14. A Administração através de seus consultores independentes, realizou análise de *impairment* dos ágios (realizada no mínimo uma vez ao ano, conforme necessidade), mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não foi identificada a necessidade de registrar qualquer provisão de perda, dessa forma conclui-se que para o exercício de 2024 e 2023 não há indícios de *impairment*. **2.21. Reconhecimento de receitas e custos operacionais:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, dos abatimentos, dos descontos e glosas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. **(a) Componentes de financiamento:** A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando

o método da taxa de juros efetiva, é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **2.22. Pronunciamento novos ou revisados e aplicados pela primeira vez:** A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2023, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas: • CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis; • CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos; • CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e • CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **2.23. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • **IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS 7 e IFRS 9 - Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza:** As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de "own use", (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerá informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.1. Riscos de mercado: As atividades do Hospital Anchieta expõem a diversos riscos financeiros, como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Hospital Anchieta se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Hospital Anchieta. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Hospital Anchieta. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Hospital Anchieta, para efetuar a gestão de risco global assim como para áreas específicas tais como: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos. **(a) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros:** A Companhia possui empréstimos em moeda local, pré-fixado e/ou pós-fixado (sujeito à flutuação da taxa juros). Empréstimos com juros pré-fixados não são considerados riscos para a Companhia. O risco inerente de empréstimos pós-fixados surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em instituições financeiras consolidadas no mercado com *ratings* em âmbito nacional de nível elevado. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência no contas a receber em aberto superior ao valor já provisionado. (i) Contas a receber de clientes e ativos de contratos: A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos (contas a receber de clientes a faturar). As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de serviços de seus clientes e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas utilizadas são de perdas históricas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e as recuperações subsequentes são apresentadas na demonstração do resultado. **(d) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantêm espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento. Com os contratos que possui *covenants*, monitora os principais índices econômicos a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo em qualquer uma de suas linhas de crédito. **(d) Risco cambial:** Os empréstimos da Companhia foram realizados em moeda nacional (R\$), dessa forma, não há impacto de variação cambial na Companhia. **(e) Análise de sensibilidade:** O Hospital Anchieta possui empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos, principalmente, à flutuação das taxas de juros. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2024, e os cenários II e III levam em consideração um incremento de 25% e 50%, respectivamente, nessa taxa. A análise foi realizada para o período dos próximos 12 meses. Os resultados são como seguem:

Taxas	Cenário I - atual	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a.a.)	12,65%	15,81%	18,98%
IPCA (a.a.)	4,83%	6,04%	7,25%
IPSCAs com juros projetadas para 2025 (em milhares)	2.299	2.663	3.019

Os recursos da Companhia serão aplicados em instituições Financeiras baseadas pelos seus *ratings*, na escala nacional. Segue abaixo a composição de dívida com instituições financeiras da Companhia, por *rating*:

	31/12/2024		
		% Aplicações	National
Banco	Instituições. financeiras	financeiras	Rating S&P's
Instrumento a mercado	5,69%	-	-
Banco Santander	-	58,94%	AAA
Outros	94,31%	41,06%	A(bra) e AA (bra)

3.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novos ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condzidente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. **3.3. Mensuração do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). **(a) Estimativa do valor justo em combinação de negócios:** O valor justo dos ativos em combinação de negócios foi estimado considerando a marca, acordo de não competição (*non-compete*) e os ativos imobilizados da adquirida. Para avaliação do ativo a valor justo da marca, foi utilizado a metodologia *Relief from Royalty - RfR* (o princípio básico do método *RfR* é que, sem a posse do referido ativo intangível, o usuário deste ativo deve realizar uma sequência de pagamentos ao dono do ativo em decorrência do direito de uso dele. Com a aquisição deste ativo, a empresa eliminaria esses pagamentos). Para a análise do *Non-compete* a metodologia utilizada foi o *With or Without* (Wow) que é uma abordagem de renda que mede o valor de um ativo com base na diferença no valor justo de uma empresa que possui o ativo e uma empresa hipotética que não possui o ativo. Para determinação do valor justo do imobilizado foram utilizados os preceitos das normas vigentes, em que a valorização dos ativos teve como base cotações de preços de bens novos junto aos respectivos fabricantes. Sobre esses preços, foram adicionadas as parcelas de instalação/montagem, frete/seguro, administração, tubulações, automação e projetos de engenharia (quando aplicável), determinando assim a concepção atual de cada ativo, separadamente e em conjunto, quando aplicável. Para o imóvel, o valor justo considerado foi o seu valor de locação, considerando valor justo por meio da análise de preço de mercado. O valor justo do acordo de contas a pagar em combinação de negócios foi estimado aplicando-se a abordagem de mercado e está classificado como nível 2 da hierarquia do valor justo. Trata-se da mensuração de valor justo do Nível 2. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*)

no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O Hospital Anchieta reconhece a dívida com combinação de negócios e o ativo, oriundo de combinação de negócios, a valor justo (classificados como Nível 2). A tabela abaixo apresenta a posição do passivo da Companhia mensurado a valor justo:

Em 31 de dezembro de 2023				
Passivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Contas a pagar em combinação de negócios	-	166.164	-	166.164
Total do passivo	-	166.164	-	166.164

Em 31 de dezembro de 2024				
Passivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Contas a pagar em combinação de negócios	-	146.027	-	146.027
Total do passivo	-	146.027	-	146.027

Não houve transferência entre os níveis durante o exercício.

3.4. Instrumentos financeiros por categoria:	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros - ao custo amortizado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Controladora		Consolidado	

Ativos financeiros - ao custo amortizado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em banco e em caixa - Nota 5	88	519	193	977
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	168.161	200.131	303.858	257.623
Contas a receber de partes relacionadas	116.912	54.047	-	33.227
	285.161	254.697	304.052	291.827

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários de curto prazo - Nota 5	24.291	28.099	31.061	42.891
	24.291	28.099	31.061	42.891

Passivos financeiros - ao custo amortizado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	52.482	42.670	80.189	67.607
Contas a pagar com partes relacionadas	1.086.163	186.397	1.178.622	394.132
Empréstimos	1.192	740.289	20.950	741.174
	1.139.837	969.356	1.279.761	1.202.913

Passivos financeiros - valor justo por meio do resultado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar por aquisição	40.097	70.478	146.027	166.164
	40.097	70.478	146.027	166.164

4. JULGAMENTO, ESTIMATIVA E PREMISSAS CONTÁBEIS MATERIAIS

4.1. Julgamentos na aplicação das políticas contábeis: **(a) Reconhecimento de receita:** A política adotada para o reconhecimento da receita são os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes e IFRS 15, que consiste na entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. O Hospital Anchieta atua no ramo de prestação de serviços hospitalares. A receita é oriunda dessa prestação de serviços e seu reconhecimento é realizado com base nos serviços executados até a data final do período contábil. As obrigações de desempenho são medidas desde a admissão do paciente até o ponto em que não há mais serviços necessários, o momento da alta. Quando este procedimento utiliza mais de um período, é realizado a medida parcialmente pela competência. As principais obrigações de desempenho e o respectivo reconhecimento são:

Obrigações de desempenho	Reconhecimento
Fornecimento de acomodação, refeições e profissionais de saúde	A receita é reconhecida ao longo do tempo em relação aos serviços prestados, na medida em que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pelo Hospital Anchieta durante a permanência do paciente.
Procedimentos cirúrgicos	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pois os serviços são executados de acordo com o uso.

Aplicação de medicamentos e uso de materiais hospitalares	A receita é reconhecida no momento em que o medicamento e/ou material hospitalar é dispensado ao cliente, ou seja, conforme o paciente consome o produto.
---	---

Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia (SADT)

A receita é reconhecida no momento da realização do procedimento *fee-for-service* (modelo de remuneração funcional e baseado no serviço executado) dos serviços prestados ou nos pacotes que reúnem um conjunto de serviços prestados (pacotes ou diária global). Cada taxa por serviços (*fee-for-service*) seja determinada como o preço de transação em contrato, configura que tudo o que for utilizado no atendimento hospitalar, incluindo materiais hospitalares, medicamentos e serviços, sendo utilizada no reconhecimento da receita e, consequentemente, faturada. Nesse formato, o preço é pago de acordo com cada procedimento, exame ou consulta realizada, além das internações, que incluem as acomodações do paciente e serviços médicos utilizados. Quando a modalidade do preço é determinada por pacotes, que envolvem serviços preestabelecidos e valores fixos, serão reconhecidos independentemente do paciente ter utilizado todos os serviços disponíveis em contrato. Para os pacientes particulares é necessário a realização de um co-pagamento ou de um depósito adiantado, que é reconhecido como receita quando os bens ou serviços futuros são prestados. Além da receita operacional, a Companhia reconhece a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência. **Contraprestação variável:** A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47. Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato ou calculada pela melhor estimativa do período.

4.2 Estimativas e premissas contábeis críticas: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir: **(a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em informações sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período; **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Anualmente a Companhia através de seus assessores técnicos e independentes, avalia a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos. O teste consiste em avaliar a capacidade de aproveitamento do ativo diferido ao período de cinco anos, através da análise do fluxo de caixa projetado; **(c) Taxas incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** O Hospital Anchieta utiliza a taxa incremental de juros (*Incremental Borrowing Rates - IBR*) de empréstimo do arrendatário como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e garantia semelhantes, sendo os recursos necessários para obter o ativo com o valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção da IFRS 15 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. O Hospital Anchieta adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares; **(d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso e teste de impairment:** No mínimo uma vez ao ano, o Hospital Anchieta testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, conforme apresentada, vide nota 14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. A Administração realizou análise de *impairment* dos ágios sobre os exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023, mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda; **(e) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considerar principalmente a inadimplência esperada; e **(f) Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em banco e em caixa	89	519	193	977
Depósitos bancários de curto prazo	24.290	28.099	31.062	42.891
	24.379	28.618	31.255	43.868

Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data base das demonstrações financeiras. As



Hospital Anchieta S.A.

CNPJ. nº 02.560.878/0001-07

7. ESTOQUES
Os estoques são representados por material hospitalar e medicamentos segregados entre o almoxarifado central e farmácias localizadas nas principais acomodações dos hospitais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Material hospitalar	7.586	8.006	5.566	10.195
Medicamentos	4.786	4.872	9.444	6.472
Outros	2.419	992	2.790	1.400
	14.791	13.870	17.801	18.067

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão. A seguir, a movimentação dos estoques:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	13.870	18.067
Adições	81.743	103.814
Consumo alocado em custo	(80.804)	(104.053)
Consumo alocado em despesa	(18)	(27)
Saldo final	14.791	17.801

8. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				
IRPJ e CSLL a recuperar	3.678	2.647	4.647	4.934
Créditos tributários (I)	522	7.922	1.977	9.375
Adiantamentos (II)	1.046	7.209	2.873	8.764
Dividendos a receber	3.366	3.366	2.045	-
Outras contas a receber	23.694	282	19.038	283
Total do ativo circulante	32.307	21.426	30.579	23.356

Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	516	-	718	3
Outras contas a receber	2.304	2.558	2.643	5.140
Ativo indenizatório	5.319	5.939	7.815	6.064
Total do ativo não circulante	8.139	8.497	11.175	11.207

(I) O saldo se refere a tributos retidos sobre a receita, retenção de aplicação financeira e saldos negativos de IRPJ e CSLL. (II) O saldo se refere a adiantamentos para funcionários (férias e salário) e adiantamentos a fornecedores.

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações entre partes relacionadas: As contas a receber de partes relacionadas se trata de transferências de recursos entre as empresas, sendo os principais saldos eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Tais saldos não são corrigidos e não têm prazo de vencimento e a expectativa de recebimento é substancialmente no exercício social subsequente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Contas a receber de partes relacionadas				
Instituto de Neurologia de Goiânia Ltda.	405	405	-	405
Hospital São Francisco S.A.	1.455	1.455	-	1.455
Instituto de Radioterapia de Taguatinga Ltda.	3.460	3.460	-	-
Itapua Participações Ltda.	9.567	25.087	-	-
Kora Saúde S.A.	48.571	-	-	31.367
Serviços Hospitalares Yuge S.A.	53.454	23.640	-	-
	116.912	54.047	-	33.227

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo				
Contas a pagar a partes relacionadas				
Maternidade Santa Úrsula Ltda.	-	1	-	1
Instituto de Radioterapia de Taguatinga Ltda.	-	-	2.060	-
Serviços Hospitalares Yuge S.A.	-	-	9.127	-
Itapua Participações Ltda.	11.130	-	12.698	-
Centro Diagnóstico Anchieta Ltda.	40.825	21.843	40.825	-
Kora Saúde S.A. (I)	1.034.208	164.553	1.113.912	394.131
	1.086.163	186.397	1.178.622	394.132

(I) Refere-se a operação de *exchange* de debêntures realizada com a parte relacionada Kora Saúde Participações S.A.. A operação foi realizada com as seguintes condições: (i) amortização do principal semestralmente a partir de janeiro de 2028; (ii) pagamento de juros a partir de novembro de 2025; (iii) taxa de juros CDI + 2,8% e (iv) vencimento em outubro de 2030.

Os valores registrados em partes relacionadas têm características de conta corrente para suprir a necessidade de caixa entre as empresas do grupo. **(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração somente os integrantes da sua diretoria. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2024	Controladora	31/12/2023
Salários e outros benefícios	2.179	1.888	2.179
	2.179	1.888	
	31/12/2024	Consolidado	31/12/2023
Salários e outros benefícios	4.197	3.672	4.197
	4.197	3.672	

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os ativos de impostos diferidos estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de imposto diferido				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	17.373	11.722	18.646	11.722
Provisão (reversão) para contingências	1.542	641	1.670	641
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	-	(116.082)	-	(116.082)
Prejuízos fiscais/Base negativa	253.722	167.599	248.884	162.428
Provisão para repasses médicos	-	(602)	-	(602)
Demais diferenças temporárias	387	227	421	227
	273.024	63.505	269.620	58.334

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de imposto diferido				
Receitas diferidas	19.657	23.643	34.826	33.495
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	174.122	-	174.122	-
	193.779	23.643	208.949	33.495
Total do IR e CS diferidos (ativo) - Alíquota nominal 34%	79.245	39.862	60.672	24.839

A expectativa de compensação do ativo de imposto diferido é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de imposto diferido				
Entre um e dois anos	18.915	12.363	20.316	12.363
Entre dois e cinco anos	254.109	51.142	249.304	45.971
	273.024	63.505	269.620	58.334

11. INVESTIMENTOS:

A movimentação dos investimentos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	49.562	63.401		
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas	(24.008)	(10.517)	-	-
Dividendos	(6.250)	(3.322)	-	-
	19.304	49.562		

Investidas diretas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Diretas				
Itapua Participações Ltda.	350.723	40.080	(22.436)	-
Centro Diagnóstico Anchieta Ltda.	30.689	31.095	20.830	3.728
31/12/2024				
Diretas				
Itapua Participações Ltda.	67.502	(8.133)	(30.296)	-
Centro Diagnóstico Anchieta Ltda.	38.344	33.553	22.636	2.446

12. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	599.763	18.254	36	54.565
Aquisições (I)	3.131	373	-	4.741.000
Baixa	(377.380)	-	-	(377.380)
Transferências	18.627	(18.627)	-	-
Depreciação	(23.655)	-	(11)	(18.997)
Saldo contábil, líquido	220.486	-	25	40.309

Saldo em 31 de dezembro de 2023				
Custo	255.935	13.564	86	74.694
Depreciação acumulada	(35.449)	(13.564)	(61)	(34.385)
Saldo contábil, líquido	220.486	-	25	40.309

Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	220.486	-	25	40.309
Aquisições (I)	(85)	20.647	-	2.583
Transferências	16	-	-	(16)
Depreciação - Nota 23	(5.314)	-	(11)	(8.750)
Saldo contábil, líquido	215.103	20.647	14	34.126

Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Custo	255.866	20.647	86	77.261
Depreciação acumulada	(40.763)	-	(72)	(43.135)
Saldo contábil, líquido	215.103	20.647	14	34.126

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

13. DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARREDAMENTO

A Companhia arrenda imóveis, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até 30 (trinta) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais. Os montantes registrados no direito de uso são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. As informações sobre arrendamentos

para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos de direito de uso				
Edificações	293.162	309.981	296.315	313.092
Máquinas e equipamentos	8.571	-	8.571	-
	301.733	309.981	304.886	313.092

Passivos de arrendamentos				
Circulante	48.575	45.161	48.970	45.538
Não circulante	255.067	264.820	258.016	267.648
	303.642	309.981	306.986	313.186

Direito de uso: A seguir, é demonstrado os montantes registrados de direito de uso em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-
Adição por novos contratos	309.981	313.058
Ajustes por remensuração	-	142
Despesa de depreciação - Nota 24	-	(108)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	309.981	313.092
Saldo em 1º de janeiro de 2024	309.981	313.092
Adição por novos contratos	5.701	5.702
Ajustes por remensuração	(2.177)	(2.021)
Despesa de depreciação - Nota 23	(11.772)	(11.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	301.733	304.886

As atividades exercidas do grupo são obrigatoriamente tributadas pelo regime cumulativo de PIS e COFINS, o que impossibilita a compensação de créditos de qualquer natureza. Anualmente, o Hospital Anchieta e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas ("Impairment") na recuperabilidade de seus ativos não circulares, de acordo com a política contábil. Em 2023, a Companhia não identificou indicativos de *impairment* para seus ativos de direito de uso. **Passivo de arrendamento:** Na adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos / IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia. A seguir, é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-
Juros incorridos - Nota 26	-	356
Juros pagos	-	(14)
Adição por novos contratos	309.981	313.058
Pagamentos	-	(356)
Ajuste de remensuração de arrendamentos variáveis baseados em índices ou taxas médias (i)	-	142
Saldo em 31 de dezembro de 2023	309.981	313.186
Saldo em 1º de janeiro de 2024	309.981	313.186
Juros incorridos - Nota 26	33.994	34.366
Juros pagos	(33.994)	(34.366)
Adição por novos contratos	5.701	5.702
Pagamentos	(9.863)	(9.881)
Ajuste de remensuração de arrendamentos variáveis baseados em índices ou taxas médias (i)	(2.177)	(2.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	303.642	306.986

(i) Os ajustes são realizados anualmente para refletir a atualização dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamentos.

A seguir, é demonstrada a taxa de desconto do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024:

Prazos	Taxa % a.a.
5 anos	14,36 - 17,53
7 anos	9,06
30 anos	9,63 - 12,33

A seguir, é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2024:

Vencimento das prestações				
Até 1 ano	48.970			
Entre 1 e 2 anos	26.590			
Entre 2 e 5 anos	26.641			
Entre 5 e 10 anos	44.402			
Entre 10 e 15 anos	44.402			
Entre 15 e 20 anos	44.402			
Acima de 20 anos	71.578			
Valores não descontados	922.728			
Juros embutidos	(615.742)			
Saldo em 31/12/2024	306.986			

14. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	949.317	107.319	7.620	1.064.256
Aquisições	50.671	-	795	51.466
Ajustes aquisições exercícios anteriores	(3.805)	11.456	-	7.651
Amortização (Nota 24 e 25)	-	(33.140)	(114)	(33.254)
Saldo contábil, líquido	996.183	85.635	8.301	1.090.119

Saldo em 31 de dezembro de 2023				
Custo	996.183	159.306	12.070	1.167.559
Amortização e impairment acumulados	-	(73.671)	(3.769)	(77.440)
Saldo contábil, líquido	996.183	85.635	8.301	1.090.119
Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	996.183	85.635	8.301	1.090.119
Aquisições	-	-	80	5.580
Ajustes aquisições exercícios anteriores	(11.559)	26.290	(54.120)	(39.390)
Amortização (Nota 23 e 24)	-	(40.469)	(52)	(12)
Saldo contábil, líquido	984.624	71.456	8.329	1.015.856

Saldo em 31 de dezembro de 2024					
Saldo inicial	996.183	85.635	8.301	-	1.090.119
Aquisições	-	-	80	5.580	5.660
Ajustes aquisições exercícios anteriores	(11.559)	26.290	-	(54.120)	(39.390)
Amortização (Nota 23 e 24)	-	(40.469)	(52)	(12)	(40.533)
Saldo contábil, líquido	984.624	71.456	8.329	(48.552)	1.015.856
Saldo em 31 de dezembro de 2024					
Custo	984.624	185.596	12.150	(48.540)	1.133.830
Amortização e impairment acumulados	-	(114.140)	(3.821)	(13)	(117.973)
Saldo contábil, líquido	984.624	71.456	8.329	(48.552)	1.015.856



Hospital Anchieta S.A.

CNPJ. nº 02.560.878/0001-07

(b) **Processos com risco de perda possível:** Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	11.215	10.338
Cível	25.785	15.028
Tributária	-	687
	37.000	26.053

A natureza das provisões prováveis e possíveis podem ser sumariadas como segue: Contingências trabalhistas: A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Ações cíveis: Os processos de natureza cível estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionadas às atividades médicas, comuns ao setor hospitalar. Ações tributárias: Consta autos de infração alegando insuficiência de recolhimento e entrega de declaração lançamento ISS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 451.291 (R\$ 451.291 em 31 de dezembro de 2023). **Aumento de capital:** Em 16 de janeiro de 2023, a acionista única Kora Saúde aprovou o aumento do capital social da Companhia, que passará de R\$ 397.270.539,26 (trezentos e noventa e sete milhões, duzentos e setenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos) para R\$ 451.290.539,26 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, duzentos e noventa mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos), representando um acréscimo de R\$ 54.020.000,00 (cinquenta e quatro milhões e vinte mil reais). Isso resultará na emissão de 7.513.212 (sete milhões, quinhentos e treze mil e duzentas e doze) novas ações nominativas, sem valor nominal. (b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (c) **Reserva de lucros:** A reserva de lucros é composta por retenção de lucros, prejuízos acumulados, quando aplicável, e outros resultados abrangentes. (d) **Dividendos propostos:** As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei. (e) **Resultado por ação:** **Resultado básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado básico por ação	Ordinárias	Ordinárias
Prejuízo atribuível aos acionistas	(87.817)	(78.386)
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	62.783	62.783
Resultado básico por ação - Em reais	(1,3987)	(1,2485)

Resultado diluído por ação: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui categorias de ações preferenciais com potencial conversão em ordinárias que poderiam gerar efeitos dilutivos.

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas do **Hospital Anchieta S.A.** - Brasília - DF **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do **Hospital Anchieta S.A.** ("Hospital Anchieta" ou "Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do **Hospital Anchieta**, em 31 de dezembro de 2024, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Hospital Anchieta e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de vendas com cliente

Conforme descrito na Notas Explicativas nº 2.21, 4.1(a) e 22, a Companhia registrou o valor de R\$399 milhões (Consolidado - R\$545 milhões), em 31 de dezembro de 2024, como receita de vendas a clientes de serviços médicos e hospitalares, incluindo medicamentos e materiais fornecidos, tanto a clientes particulares como de convênios, desde o momento de admissão do paciente até o momento da alta (em que novos serviços não são mais necessários). Para a determinação dos valores dessas receitas, a Companhia considera o valor justo da contraprestação recebida por parte do cliente, a partir da satisfação da obrigação de performance, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados, incluindo as receitas de contrato ainda não faturadas, segregados entre os dois tipos de clientes. Considerando que a mensuração dessa receita está amparada em estimativas desses valores justos, líquidos de eventuais glosas de parte desses serviços mensurados, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o entendimento do ambiente de controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração do valor justo dessas receitas, incluindo a estimativa das receitas não faturadas, bem como de eventuais glosas a serem consideradas em parcela desses serviços definidos; recebimento e teste de integridade dos arquivos operacionais que contemplam as volumetrias de serviços prestados; a análise das glosas mensuradas pelos resultados históricos auferidos; entendimento e avaliação do processo de emissão das faturas aos convênios; testes, em bases amostrais, de existência das faturas emitidas, de liquidação financeira, do período de competência alocado; bem como a avaliação das divulgações em notas explicativas às demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que

(f) Participação de Não Controladores:

Controladora	% Participação no PL	31/12/2024	31/12/2024
Centro de Diagnóstico Anchieta Ltda.	25%	10.232	9.621
22. RECEITA LÍQUIDA DE CONTRATOS COM CLIENTES			
	Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Receita bruta de prestação de serviços	437.931	475.092	602.394
Impostos sobre prestação de serviços	(14.873)	(26.157)	(23.161)
Provisão para glosas	(24.138)	(16.294)	(34.393)
	398.920	432.641	544.840
			560.733

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Custos dos serviços prestados			
Pessoal	67.670	70.754	104.051
Materiais e medicamentos	68.200	75.298	89.733
Serviços de terceiros	125.004	135.833	140.255
Utilidades e serviços	29.794	31.258	51.219
Aluguéis (i)	1.873	1.387	3.384
Depreciação (Direito de uso) - Nota 13	11.772	-	11.887
Depreciação - Nota 12	8.620	14.689	14.074
Amortização - Nota 14	23.414	34.972	23.478
	336.347	364.191	438.081
			448.643

(i) Os aluguéis referem-se a locações de equipamentos e imóveis e possuem vigência inferior a 12 meses, não aderente aos critérios da norma de arrendamentos.

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Pessoal	7.693	5.911	12.635
Serviços de terceiros	3.242	3.678	5.555
Viagens e hospedagens	6.062	6.337	6.716
Outras despesas	114	409	2.551
Amortização - Nota 14	-	-	17.055
	17.111	16.335	44.512
			43.554

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Outras receitas			
Outras receitas operacionais	4.679	17.504	7.404
Total de outras receitas	4.679	17.504	7.404
Outras despesas			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Nota 6	(11.492)	(4.735)	(16.703)
Provisão para contingências	(331)	(141)	(472)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.457)	(888)	(1.689)
Total de outras despesas	(13.280)	(5.764)	(18.864)
Outras receitas (despesas)	(8.601)	11.740	(11.460)
			12.568

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

as evidências do processo de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas de vendas com clientes são apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações financeiras da Companhia.

Outros assuntos: **Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 / CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de a ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profis-

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Receita financeira			
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	2.922	3.063	1.115
Descontos obtidos	-	1.148	3.279
Total da receita financeira	2.922	4.211	4.394
Despesa financeira			
Empréstimos bancários - Nota 18	(5.895)	-	(4.717)
Despesas com atualizações de impostos e outras dívidas	-	-	(4.991)
Debêntures - Nota 18	(80.304)	(106.041)	(83.169)
Passivos de arrendamento - Nota 13	(33.994)	-	(34.366)
Atualização monetária da parcela diferida oriunda de combinação de negócios	(8.234)	(39.091)	(18.479)
Outras despesas financeiras	(8.150)	(5.239)	(24.795)
Total da despesa financeira	(136.577)	(150.371)	(170.517)
Resultados financeiros, líquidos	(133.655)	(146.160)	(166.123)
			(158.230)

(i) A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com insignificante risco de mudança de valor, registrado no ativo circulante na rubrica "Caixas e equivalentes de caixa", para fins de gestão de caixa e a contrapartida é reconhecida no resultado financeiro.

27. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:	Consolidado
Seguro patrimonial	64.214
Seguro garantia	205
Seguro automotivo	203
	64.622

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil. A suficiência da cobertura não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTAM CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Impacto de novos contratos de direito de uso e do passivo	5.702	313.058
Remensuração dos contratos do direito de uso	(2.021)	142
	3.681	313.200

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes a serem divulgados até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras.

Diretores Responsáveis
Antônio Alves Benjamim Neto
Director Presidente
Fabio Luiz Michiles Frank
Director sem designação específica
Thiago Lima Freitas Nogueira
CFO e Diretor de Relações com Investidores
Diogo Sandoval Fernandes
Contador Responsável - CRC MG 108410/O-9

sional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 31 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes Ltda SS
CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador - CRC 1 DF 015827/O-3



Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do Jornal de
Brasília ou acesse o link:
jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/

